

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

ANGELITA TORQUATO FERNANDES

**PROCESSOS HISTÓRICO-SOCIAL, EDUCACIONAL E CULTURAL
EMERGENTES NA REDEFINIÇÃO DA IDENTIDADE DO PROFESSOR**

PRINCESA ISABEL – PB
2014

ANGELITA TORQUATO FERNANDES

**PROCESSOS HISTÓRICO-SOCIAL, EDUCACIONAL E CULTURAL
EMERGENTES NA REDEFINIÇÃO DA IDENTIDADE DO PROFESSOR**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Escola de Serviços Públicos do Estado da Paraíba, em cumprimento a exigência para a obtenção do grau de especialista.

Orientador: Nivaldo Rodrigues da Silva Filho

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

F363p Fernandes, Angelita Torquato
Processos Histórico-Social, Educação e Cultura na
Redefinição da Identidade do Professor [manuscrito] : / Angelita
Torquato Fernandes. - 2014.
46 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação:
práticas pedagógicas interdisciplinares) - Universidade Estadual da
Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à
Distância, 2014.

"Orientação: Prof. Ma. Nivaldo Rodrigues da Silva Filho,
Departamento de Especialização da Universidade Estadual da
Paraíba (UEPB)".

1. Pluralidade Cultural.2. Práticas Pedagógicas.3. Cidadania
I. Título.

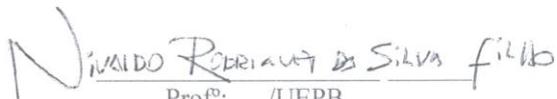
21. ed. CDD 306.4

ANGELITA TORQUATO FERNANDES

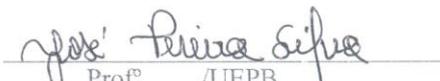
**IDENTIDADE, PLURALIDADE CULTURAL E ESCOLA
PROCESSOS HISTÓRICO-SOCIAL, EDUCACIONAL E CULTURAL
EMERGENTES NA REDEFINIÇÃO DA IDENTIDADE DO PROFESSOR**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Escola de Serviços Públicos do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para a obtenção do grau de especialista.

Aprovada em 07/06/2014


Prof.^o /UEPB
Orientador


Prof.^o /UEPB
Examinador


Prof.^o /UEPB
Examinador

Ao meu esposo Bosco Fernandes e aos meus filhos Silvana e Júnior pelo amor, companheirismo e amizade que existem entre nós, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Pereira, coordenador do curso de Especialização, por seu empenho.

Ao professor Dr. Nivaldo Rodrigues da Silva Filho pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação.

A minha mãe Dita Torquato (in memorian), embora fisicamente ausente, sentia sua presença ao meu lado, dando-me força.

Aos Professores do Curso de Especialização da UEPB, em especial, Jurani, Nivaldo, Sérgio, Murilo, que contribuíram ao longo desses meses, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos funcionários da UEPB, Pereira, Emanuel, Rivaldo e Cícera, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Aos colegas de Classe pelos momentos de amizade e apoio.

RESUMO

Esta pesquisa estudou sobre o novo perfil do educador no contexto da pluralidade cultural de diferentes meios sociais na vida escolar, considerando os múltiplos pertencimentos dos sujeitos; o jovem enquanto agente social e sujeito produtor da cultura; observando os padrões culturais que os jovens utilizam para organizar sua vida estudantil e interpretar as suas experiências, as várias formas de manifestações das culturas juvenis: crenças, valores, símbolos, normas e práticas sociais compartilhadas pelos jovens. O foco da investigação é o professor enquanto agente social e suas formas de perceber o jovem na cultura, currículo e aprendizagem. O trabalho analisa, baseado em Hall (2003); Chauí (2001); Gomez (2008); Pimenta (1998); Freire (1975); Santos (1994); Imberdón (2000); Vygotsky (1987); entre outros, as formas de organizações e expressões culturais juvenis, no sentido de compreender como este segmento vivencia a diversidade cultural nas contradições, limites e possibilidades contidos no processo educativo referente à formação do educando, tendo como norte a pluralidade cultural.

Palavras-chave: Pluralidade Cultural. Práticas Pedagógicas. Cidadania.

ABSTRACT

This research studied about the new profile of the teacher in the context of the cultural diversity of different social media in school life , considering the multiple affiliations of the subjects; the young man as a social agent and producer subject of culture ; observing the cultural patterns that young people use to organize your student life and interpret their experiences , the various forms of manifestations of youth culture : beliefs , values , symbols , norms and social practices shared by young people . The focus of research is the teacher as a social agent and their ways of perceiving the youth culture , curriculum and learning. The paper analyzes , based on Hall (2003) ; Chau (2001); Gomez (2008) ; Pepper (1998); Freire (1975) ; Santos (1994); Imberdón (2000); Vygotsky (1987); among other forms of youth organizations and cultural expressions in order to understand how this segment experiences the cultural diversity in the contradictions , limits and possibilities contained in the educational process related to the education of the student , with the northern cultural plurality .

Keywords : Cultural Plurality . Pedagogical Practices . Citizenship .

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
A IDENTIDADE CULTURAL E A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	13
1.1.Refletindo e analisando a cultura, a identidade e o desenvolvimento regional	14
1.2.Identidade cultural no ambiente escolar	16
PLURALIDADE CULTURAL NO ENSINO APRENDIZAGEM	18
2.1. Ambiente escolar: local propício para o estudo da pluralidade cultural.....	19
2.2. Analogia entre desenvolvimento e aprendizagem.....	22
2.3. A diversidade cultural e os desafios de uma sociedade globalizada.....	23
2.4. A escola e a diversidade cultural inovadora.....	26
2.5. A pluralidade cultural na perspectiva do ensino e da aprendizagem diferenciada...	28
2.6. Ensinando e vivendo a pluralidade cultural.....	30
2.7.Conhecimento de usos e costumes de diferentes grupos sociais.....	33
A FUNÇÃO DO PROFESSOR DIANTE DA PLURALIDADE CULTURAL	36
3.1. O homem como ser social e produtor de cultura.....	38
3.2. O perfil do professor frente à pluricultura.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44

INTRODUÇÃO

A Pluralidade Cultural integra luta pelos direitos humanos e é um grande desafio nos dias atuais, é sem dúvida, explorar um universo representado por uma população formada por inúmeros grupos étnicos que forma esse conjunto de pessoas da nação brasileira. E esta é formada por diversos grupos com seus costumes, culturas, crenças e um conjunto diversificado de valores. Valorizar a cultura numa aprendizagem significativa é ter o compromisso de valorizar e melhorar a convivência com a diversidade cultural, uma das vias dessa conscientização é a educação em valores.

É compreender relações, marcadas por desigualdades socioeconômicas e apontar transformações necessárias, É evidente que cada pessoa, enquanto cidadão deve ser vista como sujeito único, com personalidade, modo de ver, sentir e com potencialidades que nem sempre são compreendidas, aceitas e bem vistas pela sociedade a qual faz parte, mas respeitá-las como expressão da diversidade, respeito que é, em si, devido a todo ser humano sem discriminação tendo sempre a ética como elemento primordial nas relações sociais e interpessoais

Pode-se perceber a importância da pluralidade cultural que valoriza as características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais, no processo ensino aprendizagem. Além do mais o que propõe o tema é buscar na diversidade, a compreensão das relações, marcada pelas desigualdades socioeconômicas e apontar transformações necessárias, que possa permitir melhorias no convívio entre os seres humanos, cada qual respeitando direitos e deveres de cada um.

Os objetivos que inserem a pluralidade cultural na aprendizagem cultural vêm com o intuito de reconhecer a diversidade da cidadania para todos é, portanto, para a própria nação. Vale ressaltar, que a escola tem um papel fundamental a desempenhar nesse processo. Pois sua função principal é a formação de cidadãos críticos e responsáveis, capazes de compreenderem, analisar fatos e as relações entre eles na sociedade.

Diante dessa concepção as culturas são produzidas pelos grupos e vem a oferecer aos alunos a oportunidade de conhecer suas origens, como brasileiros e como participantes dos grupos culturais, em que proporcionará a compreensão de seu próprio valor, promovendo sua autoestima como ser humano pleno de dignidade.

Portanto se necessita que a escola, como instituição voltada para a constituição de sujeitos e ao afirmar um compromisso com cidadania e princípios da dignidade, do respeito

mútuo e da justiça produza experiências de convívio, de cada um reconhecer-se como brasileiro.

Diante das diversas formas, a pluralidade cultural, oferece para trabalhar com a diversidade humana, comporta uma ampliação de horizontes para o professor e para o aluno, uma abertura para a consciência de que a realidade em que vivem é apenas parte de um mundo complexo, fascinante e desafiador, na qual o elemento universal subjacente e desafiador das relações intersociais e interpessoais deve ser a Ética.

Propicia, ainda, a percepção de que essa característica sociocultural é expressão de uma pluralidade dinâmica para além das fronteiras do Brasil, a qual têm sido benéfica e estimuladora na definição de valores universais.

O professor oferece, também, elementos para a compreensão de que respeitar e valorizar as diferenças étnicas e culturais não significa aderir aos valores do outro, mas, sim, respeitá-los como expressão da diversidade, respeito que é, si, devido a todo ser humano, por sua dignidade sem qualquer discriminação.

Convém lembrar que, as culturas são produzidas pelos grupos sociais ao longo das suas histórias, na construção de suas formas de subsistência, na organização da vida social e política, mas suas relações com o meio e com outros grupos, na produção de conhecimentos. A diferença entre culturas é fruto da singularidade desses processos em cada grupo social.

Tratar da diversidade cultural é dever do Orientador Educacional, reconhecendo e valorizando-a, da superação das discriminações é atuar sobre um dos mecanismos de exclusão – tarefa necessária, ainda que insuficiente, para caminhar na direção de uma sociedade mais plenamente democrática. É um imperativo do trabalho educativo voltado para a cidadania, uma vez que tanto a desvalorização cultural – traço bem característico de país colonizado – quanto à discriminação são entraves à plenitude da cidadania para todos.

Para a fundamentação teórica foram abordados, durante o trabalho, teóricos como: Skinner (1973); Chauí (2001); Gomez (2008); Pimenta (1998); Freire (1975); Santos (1994); Imberdón (2000); Vygotsky (1987); entre outros.

Este trabalho está organizado em capítulos de forma que desperte nos educadores a curiosidade de buscar mais informações em outros estudos, como também, que os levem à reflexão de questões atuais como a pluralidade cultural na aprendizagem cultural, e a polêmica do respeito mútuo, que apesar de tantas discussões ainda há muito a se descobrir e contribuir para esses temas.

A pesquisa buscou esclarecer no primeiro capítulo que teve como título Pluralidade Cultural no ensino da aprendizagem as contribuições para o estudo da pluralidade cultural no

ensino aprendizagem que de maneira sucinta seja explanada a temática da Pluralidade Cultural que diz respeito ao conhecimento e à valorização de características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, as desigualdades sociais econômicas, a fim de se conhecer e entender a contribuição da escola na construção da democracia e como ela pode promover os princípios éticos de liberdade, igualdade, respeito mútuo, justiça e equidade.

Será analisada, no segundo capítulo que foi intitulado A Pluralidade Cultural na perspectiva do ensino e da aprendizagem a partir de estudos e das práticas pedagógicas de educadores. O apoio pedagógico que é direcionado a esses profissionais, visto que todos esses pontos estão ligados à prática apresentada pelo educador em sala de aula.

E por fim, o terceiro capítulo tendo como título A Vida dos Adolescentes e a Pluralidade Cultural foi feito um breve apontamento da pluralidade cultural e a vida dos adolescentes no Brasil dos elementos presentes nos diferentes grupos culturais: vida sócio-familiar, temporalidade, espacialidade, organização política e a educação. E, finalizando se analisará a identidade profissional como uma conjugação de ações, habilidades, atitudes, valores que vinculam e orientam as ações do trabalho do professor.

Nas considerações finais, retomam-se os objetivos, a fim de refletir e avaliar as questões discutidas, descrevendo então a compreensão sobre as práticas docentes dos professores e ressaltando a importância de uma formação continuada que dê suporte ao professor, o qual muitas vezes se encontra perdido frente às novas adversidades e incertezas. Lembremos ainda que o professor é uma das peças importantes desse quebra cabeça, e para tanto, a sua insegurança e dificuldade afetará a aprendizagem daqueles que merecem um ensino de qualidade que atenda suas necessidades.

Dessa forma, conclui que a pluralidade vive-se, ensina-se e aprende-se na construção do trabalho, na qual o envolvimento de todos se dá pelo respeito de valorizar a diversidade cultural e atuar na sua própria nação.

1. A IDENTIDADE CULTURAL E A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

A sociedade contemporânea é muito complexa em relação às práticas culturais e sociais, vive em uma eterna tentativa de manter laços com o seu passado e reelaborar novas identidades no presente. Essas colocações são abordadas por Stuart Hall (2003), quando discute a questão multicultural e as diásporas. Baseando-se o pensamento do autor, e indo além, pode-se dizer que, o mundo atual está permeado de diásporas, em relação ao deslocamento dos povos (provocado pela falta de oportunidades de emprego ou pela pobreza, pelas guerras e outros). Isto significa que estamos em constante transformação, tentando nos repaginar, recriar, dar um novo sentido para o nosso papel no meio onde vivemos (HALL, 2003; ORTIZ, 2003).

Para Stuart Hall (2003, p.74), “a medida em que as culturas nacionais tornam-se mais expostas a influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural”. Com isso pode se deduzir que não estamos livres, imunes, seres isolados seguros em um cotidiano tradicional. A todo momento, há modificações em nosso meio social, em nossa realidade, seja no trabalho, nas escolas ou nas práticas políticas, através da relação com a nossa tradição e com as novas práticas sociais e culturais introduzidas pelos povos imigrados.

Stuart Hall (2003, p.28), explicita que:

Essencialmente, presume-se que a identidade cultural seja fixada no nascimento, seja parte da natureza, impressa através do parentesco e da linhagem dos genes, seja constitutiva de nosso eu mais interior. É impermeável a algo tão “mundano”, secular e superficial quanto uma mudança temporária de nosso local de residência. A pobreza, o subdesenvolvimento, a falta de oportunidades – os legados do Império em toda parte – podem forçar as pessoas a migrar, o que causa o espalhamento – a dispersão. Mas cada disseminação carrega consigo a promessa do retorno redentor.

A identidade é um conceito do qual faz parte de distinção. De uma marca de diferença entre pessoas, a começar pelo nome, seguido de todas as características físicas do modo de agir e de pensar e da história pessoal. Aspectos de nossas identidades surgem do nosso “pertencimento” a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais, são conhecidas como identidades culturais. Ela, no entanto é um meio que nos leva a pensar a articular o psicológico e o social em um indivíduo. A identidade social de uma pessoa se caracteriza pelo conjunto de vinculações no sistema social, isto é, esta está inserida a uma

classe sexual, de idade, ou social, a uma cultural, ou a uma nação. A mesma permite que o indivíduo possa se apresentar em um sistema social e que este seja localizado socialmente.

Nesse sentido, pode-se começar, assim, a percorrer algumas reflexões que se leva a compreender porque as identidades culturais são tão relevantes em nossa sociedade. Elas estão inscritas nas relações políticas e culturais de um povo e determinam o destino das pessoas dentro de uma comunidade. Por isso, precisa-se, também, entender como resultantes das relações de poder.

Nesse sentido, tão importante quanto ter uma identidade, é estabelecer as nossas diferenças (Silva, 2000, p. 96) “A identidade e a diferença não são entidades preexistentes, que estão aí desde sempre ou que passaram a estar aí a partir de algum momento fundador, elas não são elementos passivos da cultura, mas têm que ser constantemente criadas e recriadas”. A identidade cultural se concretiza na conexão que os indivíduos tentam estabelecer com seu passado, suas raízes e o lugar onde nasceram.

Esse discurso estruturante revela aquilo que somos em relação ao outro, aos diferentes de nós. Como nos fala. (SILVA, 2000, p. 76):

Além de serem interdependentes, identidade e diferença partilham uma importante característica: elas são o resultado de atos de criação linguística. Dizer que são o resultado de atos de criação significa dizer que não são “elementos” da natureza, que não são essências, que não são coisas que estejam simplesmente aí, à espera de serem reveladas ou descobertas, respeitadas ou toleradas. A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais.

Entende-se que a cultura pertence ao mundo social, portanto se encontra e pode ser posicionada nessa mesma situação conceitual e analítica, pois tanto Tomaz Tadeu da Silva (2000), quanto Stuart Hall (2003) entendem a cultura como um campo de relações de poder, de articulações, de negociações, enfim, de construção. Há, em nossa reflexão, uma proximidade entre as formas de entender a cultura e as identidades culturais, ambos em constante transformação, em que nada está fixo e estável, engessado e pronto.

1.1. Refletindo e analisando a cultura, a identidade e o desenvolvimento regional

Uma análise do desenvolvimento regional parte da reflexão sobre algum ponto específico de sua estrutura, do seu campo científico. Entendendo que, no desenvolvimento regional, a economia, a cultura, a sociedade e as políticas públicas são campos científicos

importantes e centrais para a sua constituição e entendimento, compreendemos que o estudo (e a problematização) de uma dessas áreas temáticas resulta na produção científica do todo.

Estudar as questões econômicas, as questões sociais, as questões históricas, as questões políticas ou as questões culturais (como é o caso desta presente pesquisa), é, podemos dizer (no nosso modo de pensar) pesquisar sobre o desenvolvimento regional. Sendo assim, as relações entre a cultura e o desenvolvimento regional são melhor assimiladas a partir dessa ótica, ou seja, da noção da cultura como elemento central e imprescindível para esse campo científico.

Mas, para uma análise mais consistente da cultura dentro do desenvolvimento regional, necessita-se recorrer ao pensamento do teórico Santos (2004, p. 293), o qual, num aspecto mais geoeconômico, ao falar das diferenças regionais, expondo o que consideramos ser um dos pontos de complexidade da questão do desenvolvimento regional diz que:

As desigualdades regionais podem ser definidas como diferenças duráveis, localmente interdependentes e cumulativas entre subespaços de um mesmo país. Condições não somente conjunturais mas também estruturais são responsáveis por numerosas diferenças duráveis, ligadas umas às outras, na escala do espaço considerado.

Santos (2004, p. 220) ainda destaca os monopólios e suas interferências nos países subdesenvolvidos, o que nos possibilita entender esse fato como uma das prováveis causas das desigualdades regionais. Segundo ele:

As consequências geográficas da ação dos monopólios não são as mesmas em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Nos países desenvolvidos, as firmas de grandes dimensões, nacionais ou supranacionais, funcionam no plano das especializações internacionais, em relação com as necessidades desses mesmos países que formam o centro do sistema mundial. A complementaridade é indispensável. Não ocorre o mesmo nos países subdesenvolvidos que não tem domínio do mercado.

Estudando a cultura a partir da identidade cultural, tendo como eixo a problemática da identidade brasileira. Esse bloco de temas, ou seja, cultura e identidades, fornecem discussões e reflexões importantes sobre o desenvolvimento regional, justificando porque se qualifica o mesmo como um campo multidisciplinar. Uma disciplina não daria conta de tantas complexidades distintas e importantes.

1.2 Identidade cultural no ambiente escolar

Na consciência plena sobre si e mediante a vida na sociedade atual regida pelo individualismo em que cada pessoa tem a sua singularidade cultural que é sem dúvida uma realidade a existência de indivíduos conhecedores e conscientes da própria identidade e dos seus possíveis efeitos enquanto sujeitos envolvidos em atividades sociais.

A discussão entre teóricos a respeito de entender o processo que compreende a identidade de uma pessoa vem mostrando pontos de vista similares e por vezes distintos. A identidade pode ser entendida na visão de Silva (2007, p.74) “simplesmente como aquilo que se é”. Para esse teórico a identidade é colocada como “autocontida e autossuficiente”, isto é, ela faz referência de si própria. Já em outra perspectiva a identidade é tida como um produto de diferença, ou seja, o processo de identidade acontece com a conscientização no reconhecimento de algo que se apresenta como semelhante a partir da análise daquilo que é distinto. Silva (2002, p. 101) destaca:

[...] a diferença assim como a identidade é um processo relacional. Diferença e identidade só existem numa relação de mútua dependência. O que a (identidade) depende do que não é a (diferença) e vice-versa... A diversidade [...] é o resultado de um processo relacional – histórico e discursivo – de construção da diferença.

Baseando-se nesta teoria de Silva (2007, p. 09): “a diferença é sustentada pela exclusão”, casos que ocorrem frequentemente no ambiente escolar. E, compreende-se que um indivíduo quer seja aluno, quer não seja se reconhece pertencente a um determinado grupo (religioso, étnico, cultural, social e outros) estabelecendo características iguais entre si, mas se exclui através de grupos com características diferenciadas.

Há algumas questões que demonstram relevância na busca do reconhecimento individual. No caso do ambiente escolar, no que se refere à identidade cultural, que são apresentadas através das representações simbólicas em que ocorrem a diferenciação de culturas, nos seus aspectos particulares como crenças, costumes, ideias e outros, materializando-se em uma cultura própria e específica. Dessa forma as representações, como produtoras de significados determinantes para a significação daquilo que somos e das experiências vivenciadas ao longo da vida.

Silva (2007, p. 17) diz que: “a representação compreendida como um processo cultural estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às quais: quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero

ser? [...]”. Diante disto, pode-se dizer que é no ambiente escolar e nas relações uns com os outros que os indivíduos são determinantes para a formação da sua própria identidade, na medida em que cada um produz seus símbolos e dão a eles um sentido próprio. Cada prática que é produzida pelo aluno possui significados para ele, para a sociedade e para a cultura na qual está inserido, construindo assim uma significação que pode ser individual e/ou coletiva.

2. PLURALIDADE CULTURAL NO ENSINO APRENDIZAGEM

Trabalhar com o tema: diversidade e pluralidade cultural é um grande desafio nos dias atuais, é sem dúvida, explorar um universo representado por uma população formada por inúmeros grupos étnicos que forma esse conjunto de pessoas da nação brasileira. E esta é formada por diversos grupos com seus costumes, culturas, crenças e um conjunto diversificado de valores.

Nos PCNs diz que valorizar a cultura numa aprendizagem significativa é ter o compromisso de valorizar e melhorar a convivência com a diversidade cultural. Uma das vias dessa conscientização é a educação em valores. É compreender relações, marcadas por desigualdades socioeconômicas e apontar transformações necessárias,

É evidente que cada pessoa, enquanto cidadão deve ser vista como sujeito único, com personalidade, modo de ver, sentir e com potencialidades que nem sempre são compreendidas, aceitas e bem vistas pela sociedade a qual faz parte, mas respeitá-las como expressão da diversidade, respeito que é, em si, devido a todo ser humano sem discriminação tendo sempre a ética como elemento primordial nas relações sociais e interpessoais

Ao ressaltar esse tema, é fundamental especificar que a diversidade cultural, a que o assunto faz alusão, de desigualdade social, esse problema que merece ser combatido nas relações e no desempenho de grupos sociais no ambiente em que vivem. Trabalhar esse assunto no âmbito da educação, não se restringindo somente a aspectos de natureza racial e étnica. A proposta é incluir outros atributos como valores, comportamentos e formação educacional.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997 p.19) está explícito e assegurado logo na sua introdução que:

A Pluralidade Cultural diz respeito ao conhecimento e à valorização de características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, as desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal.

Segundo PCNs “A sociedade brasileira é formada por diferentes etnias além de imigrantes de diferentes países”. Isso deixa evidente que há uma pluricultura no país. Diz também que “Essas migrações possibilitam o contato entre esses grupos diferenciados nos planos sociais e culturais, que muitas vezes é marcado pelo preconceito e pela discriminação”.

Os PCNs ainda mostra que “O papel da escola é reconhecer essa diversidade como parte da identidade nacional e valorizar como parte integrante do patrimônio sociocultural brasileiro. Então resta entender que é papel da escola superar qualquer tipo de discriminação e levar em conta as particularidades de cada grupo que compõe a sociedade brasileira.

2.1. Ambiente escolar: local propício para o estudo da pluralidade cultural

É público e notório que a complexidade que envolve a problemática social, cultural e étnica em nosso país é, sem dúvida, uma preocupação de todos, mas a escola é o lugar propício para um trabalho mais concreto uma vez que é lá onde a pluralidade cultural se acentua com maior intensidade; então um dos primeiros passos a ser dado. E, o reconhecimento e a necessidade da escola se preparar para fornecer subsídios mais precisos para as questões que vêm sendo indevidamente respondidas pelo senso comum, ou até mesmo ignoradas por um silencioso constrangimento.

Os PCNs explicita que há uma necessidade tanto da escola quanto do professor buscar meios para trabalhar a pluralidade cultural dentro do ambiente escolar; quando diz: “Esta proposta traz a necessidade imperiosa da formação de professores no tema da Pluralidade Cultural.” Provoca essa demanda específica, na formação docente, é exercício de cidadania para um trabalho alusivo a este tema.

O entendimento acerca da faceta interdisciplinar consiste em peça fundamental do estudo teórico da pluralidade cultural no processo ensino e aprendizagem sobre tal abordagem. Assim, se revela importante à análise da fundamentação ética, do entendimento de preconceitos jurídicos, o que inclui os grupos sociais e as organizações comunitárias, pilar para uma reflexão mais aprofundada nas instituições de ensino. “O aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer”. (VYGOTSKY, 1987, p. 101)

Os conceitos advindos das ciências que faz alusão ao tema pluralidade cultural como: a Antropologia, da Linguística, da Sociologia, da Psicologia, que se refere a estudos da população em geral, além dos saberes produzidos a níveis sociais e de suas organizações comunitárias, formam o pilar básico, o qual se opera tal reflexão. E, sem dúvida o local mais

propício para esta reflexão é o ambiente escolar a partir do fazer e executar as ações pedagógicas.

Não é tarefa fácil para a escola, são desafios derivados de mudanças e práticas no seu dia a dia que possam contribuir para a transformação da sociedade através dos alunos para que estes possam fazer uma reorganização e reconhecimento do outro como igual. Para isso se faz necessário adquirir subsídios, com o objetivo de balizar o trabalho pedagógico do professor.

Nessa perspectiva de que possa ser entendido que é fundamental no processo de ensino-aprendizagem, a compreensão necessária para que se possam ver as especificidades de cada um, bem como a Diversidade Cultural no Contexto Escolar. Observando suas complexidades, para que se possa reconhecer e diferenciar, quem somos na coletividade e quem somos como indivíduo.

É neste contexto que situamos também a afirmação de Habermas (1993, p.22) ao dizer que, “dependemos do reconhecimento que nos é dado pelos outros e que ninguém pode edificar a sua própria identidade independentemente das identificações que os outros fazem de nós”. Ainda o mesmo autor acrescenta que ao tratar da diversidade humana na escola, devemos ter como parâmetro, “a necessidade do reconhecimento que caracteriza os seres humanos, uma vez que o reconhecimento pelos outros é uma necessidade humana, já que o ser humano é um ser que só existe através da vida social”.

É a ciência que estuda os juízos morais referentes à conduta humana, é ela que orienta e impõe de todos – da comunidade escolar e especialmente dos educadores-, ações e iniciativas que apontem medidas para a superação do preconceito e da discriminação. A atuação da instituição de ensino na construção da democracia é a de adotar estratégias eficazes no sentido de pôr cobro a essa situação, trabalhando em favor dos princípios éticos de liberdade, desigualdade, respeito mutuo, justiça e equidade, solidariedade, diálogo no cotidiano escolar; é a de buscar formas para que diversidade cultural naturalmente exista e aconteça.

Esclarecido no contexto dramático do pós-guerra, que a Declaração Universal dos Direitos Humanos surgiu como a ponte entre o medo e a esperança. Uma ponte apenas projetada iniciada. Seria necessário construí-la. Então os direitos humanos passaram a exercer, gradativamente, a autoridade do tema global. E, os Direitos Humanos colocam-se como assunto de interesse de toda a humanidade.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1997, p. 130)– abordam que:

A constituição da República Federativa do Brasil de 1998 é uma das mais avançadas quanto ao tema do respeito à diferença e do combate à discriminação. O Brasil teve, por outro lado, participação ativa nas reuniões mundiais sobre direitos humanos e sobre minorias. Aqui não se trata, é claro, de exigir conhecimentos próprios do especialista em Direito, mas de saber como se define basicamente a cidadania.

Vale salientar que não se quer apresentar um Brasil perfeito, mas as possibilidades de mudanças através de um trabalho voltado para instrumentos que garantam e assegurem tais mudanças com práticas voltadas para ferramentas jurídicas disponíveis. Muitos passos já foram dados cabem agora torná-los em ações efetivas os direitos plenos da cidadania. É notório e evidente que aspectos Históricos e Geográficos mostram uma diversidade regional marcada pela desigualdade dos grupos sociais, mas também mostram métodos que podem reverter esse quadro, buscando a construção de uma sociedade justa, adotando atitudes de solidariedade, cooperação e de repúdio às injustiças sociais.

A escola é uma instituição da qual se espera que passem todos os membros da sociedade e se coloca na posição de ser mais um meio social na vida desses indivíduos. Também por ela veiculam valores que podem convergir ou conflitar com os que circulam nos outros meios sociais que os indivíduos frequentam ou a que são expostos. Nesse contexto, ao longo dos anos, algumas tendências surgiram como forma de abordar a questão da moral e da ética, de forma que, segundo os PCNs (1998 p. 148), as tendências propostas são:

- Tendência Filosófica: Não se procura fazer uma discussão sobre o que é o bem e o mal, mas promover o conhecimento das várias opções de pensamento ético, para que os alunos os conheçam e reflitam sobre eles.
- Tendência Cognitivista: Esta tendência dá importância ao raciocínio e à reflexão sobre questões morais, e não à apresentação de um elenco de valores a serem ‘aprendidos’ pelos alunos.. Apresentam-se dilemas morais a serem discutidos em grupo.
- Tendência Afetivista: procura-se fazer com que cada um tome consciência de suas orientações afetivas concretas, na esperança de que, de bem consigo mesmo, possam conviver de forma harmoniosa com seus semelhantes.
- A tendência Afetivista acerta ao levar em conta os sentimentos dos alunos, porém, quando cada um tem seus próprios valores se torna individual e esse individualismo é incompatível com a vida em sociedade.
- Tendência Moralista: Ela tem um objetivo claramente normatizador: ensinar valores e levar os alunos a atitudes consideradas corretas de antemão os alunos ficam sabendo muito bem quais valores educadores querem que sejam legitimados.
- Tendência Democrática: A escola democrática não pressupõe espaço de aula reservado aos temas morais. Trata-se de democratizar as relações entre os membros da escola, cada um podendo participar da elaboração das regras e discussões e das tomadas de decisão a respeito de problemas concretamente ocorridos na instituição

Diante dessas tendências, chega-se a conclusão que é papel da escola proporcionar um convívio pautado na justiça, no respeito e na solidariedade, de modo que estes alunos vivenciarão esses valores, incorporando-os a sua personalidade e levando essas práticas ao convívio em sociedade. Para que essas tendências sejam alcançadas, cabe a escola enfrentar o conflito já existente entre as suas normas e regras pré-estabelecidas e aqueles valores que cada um de seus membros traz consigo.

Os PCNs (1998 p. 117), pautados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, mostrando a discussão a respeito da pluralidade que envolve o país que deve passar a ser tratada nas escolas, procurando agir conforme propõe o próprio documento:

O grande desafio da escola é reconhecer a diversidade como parte inseparável da identidade nacional e dar a conhecer a riqueza representada por essa diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, investindo na superação de qualquer tipo de discriminação e valorizando a trajetória particular dos grupos que compõe a sociedade.

A partir disso, que se conclui que é na escola que se constrói o aprendizado, é lá que deve ocorrer a coexistência dos diferentes e, é nesse ambiente que se deve procurar eliminar os preconceitos e discriminações decorrentes das diferenças raciais, étnicas e culturais, mas para isso se faz necessário que aconteça um trabalho com o corpo docente e discente e os demais trabalhadores da educação em conjunto com comunidades, tomando como base as informações úteis, além de oferecer elementos para valorizar as diferenças étnicas e culturais.

2.2. Analogia entre desenvolvimento e aprendizagem

Segundo o Dicionário Aurélio (2001) diz que ‘desenvolvimento’ é o ato ou efeito de desenvolver-se; crescimento progresso e que ‘aprendizagem’ é o aprendizado. Isto é, o primeiro acontece espontaneamente e o segundo se adquire em sociedade com o outro, na pluriculturalidade, ao longo dos anos com a troca de saberes diferenciado que passam de geração em geração.

Para Vigotsky (1987 p. 101) “O aprendizado se inicia muito antes da criança entrar na escola, pois, desde que nasce e durante seus primeiros anos de vida...” Isto é, a criança se encontra em interação com diferentes sujeitos e situações, o que vai lhe permitindo atribuir significados diferenciados em ações, nos diálogos e nas vivências durante sua aprendizagem.

Segundo Freire (1975, p. 77):

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres vazios, a quem o mundo encha de conteúdos... Mas sim a da problematização dos homens em suas relações com o mundo.

Mediante o pensamento Freiriano, chega-se a um consenso que o processo de ensino/aprendizagem tem a ver com a os conhecimentos empíricos e o que ele obtenção através da sua vivencia acadêmica com o domínio de objetivos educacionais. Então para que haja possibilidade de comunicação entre professores, escolas, pais e alunos, esses objetivos devem ser apresentados numa linguagem e forma que as pessoas compreendam. Que haja de verdade uma troca de conhecimentos de forma harmoniosa sem nenhum vestígios discriminatórios.

A aprendizagem depende de como é absorvida e quem ensina deve ter motivação para valorizar o processo e a qualidade. As propostas precisam garantir organização e ajuste às reais possibilidades do aluno aprender, de forma que haja nenhum bloqueio durante a execução, que o aprendiz seja um protagonista durante o processo.

Um dos grandes desafios que se põem ao desenvolvimento da aprendizagem, conforme Santos (1994, p. 101):

(...) é o de contemplar experiências de aprendizagens que permitem construir estratégias que ajudem o aluno a utilizar de forma consciente, produtiva e racional o seu potencial de pensamento e que permitam torná-lo consciente das estratégias de aprendizagem a que recorrem para construir os seus conceitos, a atitudes e valores.

Deve ser um ensino que procure desenvolver e priorizar o aluno, considerando-o inserido numa situação social. É algum que deve ser baseado no ensaio do erro, na pesquisa, na investigação, na solução de problemas por parte do aluno, e não em aprendizagem apenas conteudista de fórmulas, nomenclaturas e definições. Isso não irá garantir uma formação ao sujeito, nem tão pouco, uma compreensão de estrutura fundamental do conhecimento. A verdadeira aprendizagem se dá no exercício operacional da inteligência. Só se realiza realmente quando o aluno prazerosamente.

2.3. Diversidade cultural e os desafios de uma sociedade globalizada

Vive-se numa época em que a consciência de que o mundo passa por transformações profundas é cada dia mais forte. Diante de tudo isso, podemos afirmar que estamos perante uma sociedade heterogênea, que é caracterizada essencialmente por uma diversidade cultural cada vez mais evidente. Isto é, numa sociedade complexa, plural, diversa e desigual.

Diante desta nova realidade, a educação escolar deve preparar os alunos para o reconhecimento da pluralidade e diversidade de sujeitos e de culturas, tendo como pilar básico o respeito e tolerância através da reciprocidade, concebendo as diferenças culturais; não como sinônimo de inferioridade ou desigualdade, mas sim aceitar as diferenças e enriquecer-se com elas. Com isso é necessário que a escola assuma todas as culturas, reconhecendo-as, valorizando e sobretudo vendo a diversidade cultural como um trunfo para a construção de uma sociedade mais justa, mais livres e com oportunidades para todos.

De acordo com a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, aponta no artigo dois que:

Em nossas sociedades cada vez mais diversificadas, torna-se indispensável garantir uma inteiração harmoniosa entre pessoas e grupos com identidades culturais a um só tempo plurais, variadas e dinâmicas, assim como sua vontade de conviver. As políticas que favoreçam a inclusão e a participação de todos os cidadãos garantem a coesão social, a vitalidade da sociedade civil e a paz. Definido desta maneira, o pluralismo cultural constitui a resposta política à realidade da diversidade cultural. Inseparável de um contexto democrático, o pluralismo cultural é propício aos intercâmbios culturais e ao desenvolvimento das capacidades criadoras que alimentam a vida pública (UNESCO, 2001).

Então, se faz necessário ter a consciência de que a sociedade atual é uma sociedade de diversidade cultural. Portanto é preciso que todos os cidadãos tenham uma visão multicultural, e também a necessidade de acolher e conviver com identidades culturais plurais, sem representar ameaças ou quaisquer formas de preconceito e desrespeito aos outros, independente de sexo, cor, gênero, credo, etnia, nacionalidade e outros. Ainda de acordo com o preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos sobre a diversidade cultural, “o respeito à diversidade das culturas, à tolerância, ao diálogo e à cooperação, em um clima de confiança e de entendimento mútuos, estão entre as melhores garantias da paz e da segurança internacional”.

Nesta perspectiva, entende-se que os valores acima mencionados, afiguram-se como um dos principais requisitos para a obtenção desse fim que é uma sociedade de paz e também baseada na justiça social. Deste modo é fundamental desenvolvermos atitudes positivas e solidárias em relação às outras culturas, tendo em conta que vivemos num mundo

culturalmente diverso, e torna-se necessário conhecer e compreender o outro, de forma a termos uma convivência mais saudável e harmoniosa.

Segundo Gomez Garcia (2008, p. 45), a globalização se define como:

[...] um processo problemático e contraditório, pois trás consigo tantas tendências à homogeneização, quanto à fragmentação. Uma das características centrais da globalização é que com ela, aos poucos as nações do mundo percam suas fronteiras, e com isso mais desigualdades sociais são geradas, além de padronizar as culturas e massificar os indivíduos, deixando de lado as diversidades culturais.

Deste modo o processo de globalização, apesar de constituir um desafio para a diversidade cultural, cria condições de diálogo entre as culturas e as civilizações, proporcionado assim maior interação entre os povos e a cultura, transformando assim a nossa sociedade em sociedades multiculturais.

O tema da diversidade cultural vem suscitando um interesse notável na atualidade, e varias interpretações e pontos de vistas surgiram sobre esta temática, com o intuito de melhor compreender este fenômeno que tem uma repercussão a nível mundial. Uma das abordagens é que a diversidade cultural é intrinsecamente positiva, quando se refere a intercâmbio da riqueza inerente a cada cultura do mundo e também aos vínculos que nos unem nos processos de diálogo e de troca. Por outro lado, as diferenças culturais fazem-nos perder de vista o que temos em comum na condição de seres humanos, constituindo assim, a raiz de numerosos conflitos.

Em suma é de realçar que vivemos numa sociedade cada vez mais globalizada e plural, dai então a necessidade de dar mais atenção á diversidade cultural e o diálogo entre as diversas culturas. Por isso entendemos que é fundamental integrar a diversidade cultural, numa ampla série de políticas públicas, e isso poderá contribuir para alcançar a prevenção dos conflitos, a paz e o desenvolvimento que são os objetivos chave de uma sociedade.

É sabido que se vive numa sociedade em constantes mudanças, a escola enquanto instituição social, é desafiada e pressionada no sentido de acompanhar as transformações que ocorrem, e sobretudo proporcionando uma educação que ultrapasse as fronteiras do espaço e do tempo, facultando a cada individuo a competência necessária para saber aceitar, respeitar, dialogar e conviver com a diferença ou seja o outro.

Então, a escola como estrutura viva e profundamente enraizada na sociedade, refletirá as circunstâncias sociais, econômicas culturais dessa mesma sociedade. Daí então a escola teve assim a necessidade de se ajustar a esta diversidade, que está caracterizando a sociedade

atual, mudando a sua postura e passou a ser uma escola para todos.

2.4. A escola e a diversidade cultural inovadora

A escola, atualmente, revela uma maior abertura face às questões relacionadas com a diversidade cultural. No entanto, efetuando uma retrospectiva ao longo dos tempos é possível analisar que esta postura não foi sempre assumida desta forma. Torna-se então importante verificar quais as respostas que a Escola tem dado à heterogeneidade cultural e linguística dos alunos que a frequentam, para melhor compreendermos a realidade atual.

A educação é à força do futuro, dado que este é o meio mais eficaz que a sociedade possui para fazer frente face às provas do futuro. Pretende-se formar pessoas mais sábias, com melhores conhecimentos, eticamente bem formadas, responsáveis e críticas, dado que, se todos os seres humanos tiverem estas aptidões e qualidades, apesar dos problemas mundiais não se resolverem de imediato, os meios e a vontade para resolvê-los estariam presentes.

Tomando como pilar basilar o pensamento de Sá (2001 p.13) quando diz:

“À Escola competirá a organização de um ambiente cultural que permita a maturação de cada indivíduo no respeito pelos aspectos éticos, cívicos e técnicos, harmoniosamente interligados, humanizando o ensino de modo a que faça evoluir o processo cognitivo e relacional, que possibilite o desenvolvimento de atitudes responsáveis nos jovens, que lhes permitam assumir a responsabilidade pelos seus atos e a capacidade de tomar decisões perante si próprios, perante o grupo e a sociedade em que vivem, aprendendo a participar com autenticidade na construção do bem comum.”

Embora saibamos que seja impossível uma escola igual para todos, acreditamos que seja possível a construção de uma escola que reconheça que os alunos são diferentes, que possuem uma cultura diversa e que repense o currículo, a partir da realidade existente dentro de uma lógica de igualdade e de direitos sociais. Assim, podemos deduzir que a exclusão escolar não está relacionada somente com o fator econômico, ou seja, por ser um aluno de origem pobre, mas também pela sua origem étnico-racial.

A educação tem um papel duplo: primeiro, reproduzir determinados aspectos da sociedade atual; segundo, preparar a transformação da sociedade através dos alunos. A modificação patente na orgânica das sociedades contemporâneas não pode ser ignorada, pelo que se torna imprescindível uma reorganização e reconhecimento do outro como igual. Perante esta diversidade e diferença é possível constatar que práticas direcionadas para a homogeneidade e uniformidade não têm muito sentido.

Cabanas (1998 p.47) alerta para o fato de que “a diversidade cultural se define pelo direito de coexistir, na escola, diversos grupos culturais ou linguísticos, seja por uma convivência histórica e geográfica entre eles, seja por causa das imigrações na sociedade industrial” . Cabanas ainda reforça a ideia de que:

“A sociedade, em si, não é uniforme, mas sim plural, diversa: mais que sociedade o que há são umas pessoas, com as suas características individuais e as suas necessidades peculiares; o grupo não é mais que um órgão criado por elas mesmas para satisfazer essas necessidades. Quando a sociedade, pois, não respeita a diversidade dos seus membros, está traindo a sua própria essência e missão” (CABANAS, OP. CIT, P. 47).

Cabe à escola reconhecer e valorizar a heterogeneidade cultural e linguística dos alunos que a frequentam. Porém, apesar da dinamização de projetos interculturais e de sensibilização para a diferenciação pedagógica, muitos docentes perante turmas heterogêneas ainda desenvolvem estratégias educativas homogêneas para todos os alunos e planificam as suas atividades para o que designam “aluno médio”. É necessário que estes educadores reavaliem as suas práticas pedagógicas. Estes agentes de ensino necessitam de preconizar estratégias educativas que visem dar oportunidade a que todos os estudantes demonstrem as suas capacidades sem se encontrarem limitadas.

A escola é, sem dúvida, uma instituição cultural. Portanto, as relações entre escola e cultura não podem ser concebidas separadamente, ao aceitarmos a íntima associação entre escola e cultura vemos suas relações como constitutivas do universo educacional. É bem claro que a escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença, numa análise histórica barramos com a homogeneização e a padronização. No entanto, abrir espaços para a diversidade, a diferença, e para o cruzamento de culturas constitui o grande desafio.

A escola é uma micro-sociedade, onde se concentra uma grande diversidade humana, e que tem a responsabilidade de formar cidadãos críticos, conscientes e atuantes, ela não pode ficar indiferente. Precisa compreender a diversidade da sua população e valorizar os diferentes saberes e as culturas das populações em geral, e dos alunos em particular, visando a integração, inclusão e acolhimento de todos, independentemente dos seus percursos geográficos, históricos, culturais, linguísticos e psicológicos. As diferenças podem ser vistas, como uma outra forma de ser e de estar, conduzindo à compreensão, respeito e inserção das mesmas na sala de aula.

De fato a diversidade cultural deve ser um fator determinante, na construção de projetos educativos, e a escola por sua vez não deve entendê-la como algo negativo. Mas sim mostrando as diferenças, valorizando-as e acima de tudo fazer do espaço escolar um lugar

para o exercício de uma educação mais feliz para todos, onde valores e culturas coabitem respeitando-se e entendendo-se.

2.5. A pluralidade cultural na perspectiva de um ensino e de uma aprendizagem diferenciada

Só através educação é que se pode combater ou minimizar a discriminação manifestada em gestos, comportamentos e palavras, que afasta e marca grupos sociais. Mas enquanto a escola não procurar reverter essa caótica situação e buscar uma mudança para esse quadro à sociedade continuará carregando essa chaga que danifica e prejudica muitos. Espera-se que a escola não seja cúmplice e nem omissa, não se pode esquecer que esses problemas é de âmbito comportamental, individual, mas das relações sociais, e que como elas têm história e permanência. Então o grande desafio da escola é procurar criar outras formas de relação social e interpessoal.

Ao valorizar as inúmeras culturas nacionais existentes abrirá nos alunos um leque de informações e conhecimentos de suas origens e de como se comportar e interagir mediante a grupos culturais específicos. É através desses conhecimentos que os estudantes poderão valorizar outras culturas e especialmente o seu auto valor, isto é, a autoestima como ser humano digno de direitos e se torne esclarecido na busca de suas autodefesas dentro e fora do ambiente escolar.

Segundo Gómez(1998, p. 365) , explicita com clareza a complexidade do ensino quando diz: “...O ensino é uma atividade complexa, que se desenvolve em cenários singulares, claramente determinados pelo contexto, com resultados em grande parte imprevisíveis e carregados de conflitos de valor que requerem opções éticas e políticas”.

Essa autopercepção mais elaborada coopera para o fortalecimento das mudanças, abrindo-se assim para uma reflexão sobre as ações pedagógicas de como trabalhar com o Outro, para poder executar um trabalho de composição de memórias, identidades e projetos coletivos - de sua família, de seu grupo étnico, de seu bairro, de sua turma, de sua cidade, de seu estado, de sua região, de seu país.

Fica evidente que para se construir uma escola de todos e para todos é, portanto, preciso ajudar na inclusão educativa e social dos alunos que têm particularidades e modos de aprendizagem diferentes das do modelo padrão esperado pela escola. Por vezes, a instituição de ensino precisa refazer os seus objetivos e vencer a distância entre a linguagem das teorias

e o fazer pedagógico diferenciado, dinâmico, inovador, e até quem sabe revolucionário. E, as práticas escolares muitas vezes conservadoras e antiquadas devem ser repensadas pois temos de acompanhar os tempos, como pensa Leite (2002), para ele, assiste-se a uma mudança nos “discursos de legitimação da escola de um modelo cultural único, que deveria ser transmitido numa intencionalidade assimilacionista e homogeneizadora.”

Essa mudança discursiva se faz no sentido de buscar uma nova forma de conteúdo que contemple a diversidade sociocultural das populações escolares. Então a escola deve dar uma resposta à realidade pluricultural que constitui a população escolar, porque só de forma dinâmica se permite compreender de modo global a vida de uma dada comunidade na sua diversidade cultural, nas suas diferenças e na sua riqueza comum. Infelizmente, nem sempre é isso que se está a verificar, pois segundo Martins (1998 p. 75) “parece que a escola como todas as instituições sociais, não se encontra preparada para enfrentar-se à diversidade, à desigualdade e à exclusão social (as minorias, a cultura da marginalidade, a inadaptação social, a xenofobia, etc.).”

Ainda há muito a se fazer neste sentido e a escola deveria adotar atitudes construtivas face a esta realidade, desenvolvendo práticas que, permitam a criação de um espaço que favorecesse a expressão de cada um, desenvolvendo estratégias que conduzissem à anulação da discriminação. Tendo a consciência de que a escola que todos querem desde alunos, professores, pais, trabalhadores da educação e população em geral, é aquela que se apresente como um local privilegiado de aprendizagens motivadoras, significativas e que tenha sentido para vida de todos, sentido esse, que passe pela necessidade de que a mesma se modernize de forma a acompanhar as mudanças do mundo e da sociedade em que está inserida, as quais se interligam aos grandes processos tecnológicos que se sentem cada vez mais a necessidade dessas ferramentas para uma aprendizagem significativa.

O cotidiano oferece muitas manifestações que permitem e dá oportunidade de realizar um trabalho sobre pluralidade: os fatos ocorridos na comunidade ou no entorno da comunidade escolar, questões relacionadas com a vivência dos adolescentes, as mídias referentes a programas e suplementos destinados a essa faixa etária específica, as festas tradicionais e outros.

Além disso, também pode se trabalhar a prática de intercâmbio entre escolas de diferentes regiões e de diferentes municípios de um mesmo estado, também pode procurar consultar órgãos comunitários alguma coisa relacionado à imprensa, inclusive na própria cidade, são instrumentos didáticos pedagógicos que vão privilegiar o ensino aprendizagem na formação de crianças e dos adolescentes.

Leite (2002, p.97) faz um lembrete enfatizando as mudanças que as escolas precisam fazer e avisa:

Se a educação escolar não se transformar, quebrando o tradicionalismo que a caracteriza e englobando na sua cultura, subculturas de populações ou grupos que até há pouco tempo ignorava, ou que lhe eram estranhas, bem como questões das realidades locais e mundiais, está sujeita, pelo menos a duas situações: (1) perder uma das razões da sua existência e que é a de contribuir para uma educação para todos; (2) ser um veículo de marginalização de certos grupos sociais e obrigá-los a um processo de assimilação, sujeitando-os a uma perda das suas identidades culturais.

Diante disso, fica evidente que é uma realidade, a qualidade no ensino interessa a todos, mas para questionar essa qualidade são poucos, são poucos os que se preocupam com o que deve ser feito no sentido de haver sempre uma melhoria no sistema de ensino, porque são através de atitudes interrogativas que se levam à investigação e consecutivamente à mudança construtiva.

O processo de aprendizagem deve ser repensado a respeito dessa problemática que se coloca para a escola, sabe-se que é um tanto desafiador, mas se sabe também que há meios de criar outras formas de relação social e interpessoal, por meio da interação ou de trabalho educativo escolar a respeito de questões sociais, que estas sejam posicionadas e levadas à crítica responsabilmente diante de seu processo de aprendizagem, através do diálogo e de outras ações pedagógicas com o educando.

2.6. Ensinando e vivendo a pluralidade cultural

No dia a dia de uma escola dá para perceber que alunos, professores e demais trabalhadores da educação são provenientes de diferentes famílias, com diferentes hábitos, histórias de vida não muito comum; é como se fosse “uma colcha de retalhos” cada um com sua especificidade, mas tem que existir a interação entre os diferentes. E o maior desafio do ser humano é conviver com o “diferente”, porém é nessa diversidade de pessoas que se aprende e se ensina. Sabendo-se que cada pessoa é única, singular e também insubstituível tanto no ambiente escolar quanto no mundo.

Aprender a respeitar o outro é tomar uma posição em que compreenda a relatividade de opiniões, preferências, gostos, escolhas. É passar para o outro de forma harmoniosa suas próprias práticas, histórias, gestos, tradições, é respeitar e ser respeitado, é conhecer-se e buscar conhecer o semelhante na sua especificidade. Esse respeito muitas vezes foge de

algumas regras e normas institucionais embora possa, às vezes, exigir flexibilidade em sua aplicação (por exemplo, os feriados municipais e religiosos, os horários de serviço do adolescente trabalhador).

Trata-se de oferecer ao aluno, e construir em comunhão com o aluno e oferecer ao mesmo, um local agradável de respeito, aceitando-o; de interesse dando apoio à suas expressões diferenciadas; valorizando-o, de forma a incorporar as contribuições que venha a trazer. Isto é, tratar de garantir o espaço para situações específicas vividas pelo educando em seu cotidiano social, como é o caso do aluno-trabalhador, seja no campo, seja na cidade. Cabe ao professor que é agente formador de opiniões ter a consciência que ele também é um aprendiz e que o ensino aprendizagem só acontece realmente quando você passa um pouco do que sabe e aprende com o outro em uma multiplicável troca de saberes.

No ambiente escolar, não deve existir a prática do acobertamento, a mesma deve ser diluída para que sejam evitados e evidenciados alguns comportamentos discriminatórios com justificativas na maioria das vezes com desculpas arditas. Um professor pode ser destrutado por um aluno “porque estava nervoso”, ou a agressão de aluno para aluno, isso não deve ser tratado como um “eu não vi” ou a omissão propriamente dita em sala de aula a respeito desses casos, que segundo alguns professores para não criar problemas maiores como se isso fosse simples e não desencadeasse problemas futuros. Utilizam o método de ignorar como se fosse um simples descuido, uma distração ou coisa parecida. A prática do desnudamento dos problemas é decisiva na superação da discriminação. Esta exige do professor discernimento, sensibilidade, intencionalidade e informação.

Quando a democracia da sociedade e a autonomia da escola e do seres humanos continuam a ser um sonho. Nesse sentido, é importante resgatar a teoria e a prática de Freire,

Um desses sonhos para que lutar, sonho possível mas cuja concretização demanda coerência, valor, tenacidade, senso de justiça, força para brigar, de todas e de todos os que a ele se entreguem, é o sonho por um mundo menos feio, em que as desigualdades diminuam, em que as discriminações de raça, de sexo, de classe sejam sinais de vergonha e não de afirmação orgulhosa ou de lamentação puramente cavilosa. No fundo, é um sonho sem cuja realização a democracia de que tanto falamos, sobretudo hoje, é uma farsa (FREIRE, 2001, p.25):.

O discernimento é indispensável, de maneira particular, quando ocorrem situações de discriminação no cotidiano da escola. Enfrentar adequadamente o ocorrido significa tanto não fugir para fugas descabíveis quanto não emitir perceptivelmente para o tom de acusação. Se o professor se cala, ou trata do ocorrido no sentido dúbio, estará só aumentado o problema social; se incrimina, pode gerar um sofrimento maior, um rancor ou ressentimento

incorrigível. Assim a melhor maneira é procurar discernir o ocorrido, no momento; é tratar com firmeza a ação discriminatória, tornando compreensivo que é através do respeito mútuo, que se pratica a solidariedade, buscando alguma atividade que possa exemplificar o que diz, fazendo junto com seus alunos. Um bom exemplo é fazer um diagnóstico dos livros didáticos e outros materiais usados no ambiente escolar.

Entender que o aluno é alvo discriminatório e que sofre muitas vezes em silêncio e profundamente, é algo triste e constrangedor. Então é a vez do professor, em sala de aula, procurar ter uma conversa amigável, elevando sempre a sua autoestima e ouvi-lo atentamente, uma vez que, todo ser que é discriminado ele desenvolve um medo que emudece como reação nata de quem sofre.

Então tem que existir um cuidado quando se trata dessas vítimas. O professor deve saber que a dor silenciada é bem mais forte do que a pronunciada. O sofrimento é bem mais intenso e humilhante por esta razão vem o silêncio como resposta. Então uma aula voltada para este assunto partilhando com toda a turma o sentimento da discriminação significa reparar os erros, ensinando através do diálogo o respeito mútuo, a solidariedade a transformar o ocorrido em um resgate de princípios, de partilha de sentimentos; uma vez que, a sensibilidade exige a atenção para a reação do pré-adolescente e do adolescente, para que veja o outro como seu semelhante. É muito importante que o assunto seja tratado no momento, ou em situação posterior próxima.

A elaboração de projetos que trate desse tema e que leve os alunos a refletir sobre a vida e atuação no ambiente escolar e na sociedade, poderá ampliar a compreensão gradativamente deste cenário que ora de encontra arraigado nacionalmente. Precisa-se ajudar o estudante a entender mecanismos de funcionamento do poder, seu sentido ético, e ampliar essa compreensão, até mesmo do sistema político em que vive. Nesse contexto, cabe ao professor praticar o tão conhecido ensino aprendizagem, isto é, ensinar, ao mesmo tempo, que ele aprende com o restante da classe. Nota-se que essa vivência será extremamente importante, por trazer para o aluno a possibilidade de verificar que a sociedade se apresenta, muito complexa e que deve ser um objeto de estudo e aprendizagem, em que todos sempre têm a aprender e a ensinar.

Portanto, o que se busca é a construção de um repertório básico referente à pluralidade étnica/cultural, suficiente tanto para identificar o que é relevante para a situação escolar como para buscar outras informações que se façam necessárias. Essa informação deverá também contribuir na constituição da memória coletiva do aluno, bem como na identidade nacional

que se reconstrói a cada dia. Então pluralidade cultural se vive, ensinando e aprendendo com o outro.

2.7. Conhecimento de usos e costumes de diferentes grupos sociais

Estudar os usos e costumes de grupos sociais nas suas especificidades é viajar num mundo de particularidades e de interesse para os jovens educandos. Sabe-se que alguns trazem consigo marcas de diferenciação de gênero, idade, posição social, profissão. Para estes não será fácil se integrar e compreender tal diferenciação: modelos de se vestir, falar marca das roupas que os jovens usam são exemplos dessas marcas diferenciadoras.

Outro item que se pode destacar e fazer alusão são as festas. Entender que diferentes etnias desenvolvem festas culturais de diversas formas de organização própria de cada cultura com celebrações, envolvendo diferentes níveis de participação e ações que muitas vezes confrontam com a realidade de outros, também permite nesse sentido que alguns adolescentes carregam consigo essa cultura nata e que levam para o ambiente em que eles estão inseridos compreende isso pelas ações que os adolescentes fazem na sua própria vivência. Os objetos culturais usados, presentes no cotidiano são marca da preservação distintivo que os mesmos recebem e conservam de geração para geração, nas diversas etnias; modificações e evoluções acontecem quanto ao uso e/ou à tecnologia. Alguns são de uso pessoal, enquanto outros são marcados ou exclusivamente de uso coletivo.

Segundo Chauí (1995, p. 296) Cultura, maneira pela qual os homens se humanizam por meio de práticas que criam a existência social, econômica, política, religiosa, intelectual e crítica.

A cultura é todo resultado da atividade humana através do trabalho. O homem cria sua cultura quando se integra no seu contexto, reflete e dá respostas aos desafios que encontra. É a aquisição sistemática da experiência humana e deve ser crítica e criadora. É um fenômeno social, antes de ser um fenômeno escolar.

A verdade é que o homem cria a cultura na medida em que se integra nas condições de seu contexto de vida, refletindo sobre ela e dando respostas aos desafios que encontram. Considerando assim que a cultura é o resultado da atividade humana, do esforço criador e recriador do homem, através das suas ações e do seu trabalho por transformar e estabelecer relações dialogais com outras pessoas.

Então a cultura consiste na aquisição sistemática da experiência humana, aquisição esta que será analisada e criada, não simplesmente um depósito de informações justapostas, que não são incorporadas ao indivíduo totalmente. Consistem numa cadeia contínua de épocas caracterizada por valores, aspirações, necessidades e motivos. É fácil encontrar diferentes formas de expressão das identidades étnicas.

Segundo Brandão (2002: p.31) salienta que:

cultura existe nas diversas maneiras por meio das quais criamos e recriamos as teias e as (tessituras) e os tecidos sociais de símbolos e de significados que atribuímos a nós próprios, as nossas vidas e aos nossos mundos. Criamos os mundos sociais em que vivemos, e só sabemos viver nos mundos sociais que criamos. E isto, é a cultura que criamos para viver e conviver.

Na música, pode se explorar essa expressão através da origem e dos ritmos, pelas características da melodia e pelos instrumentos utilizados nos diversos ritmos. Nas representações - como nas quadrilhas, dança do xaxado, das capoeiras, dos reisados - e a estética dos movimentos oferecem subsídios para a compreensão das identidades culturais de cada apresentação.

Na escultura é possível encontrar materiais para o trabalho escolar no uso de elementos conforme a tradição e o ambiente em que vive - pedra, tecidos, barro, madeira, ferro, cobre, metal, papel - e a criação se dá conforme a relação do homem com os elementos da natureza de forma criativa e inovadora.

Na pintura, o mesmo se dá pelo efeito de sentido na interação com as cores, com os traços, os movimentos, os desenhos e as figuras, expondo assim as relações do homem com o seu semelhante e também com a natureza. E no teatro, podem-se desenvolver estudos e atividades sobre o caráter sacroprofano do espaço teatral, com arenas, olímpicos, púlpitos, o que há de atrair a atenção do adolescente, em particular ao propiciar que integre suas vivências nesse campo, com o que analisa na escola.

É possível trabalhar esses aspectos, por exemplo, ao tratar da estrutura e do uso das diferentes línguas presentes aqui no Brasil, ou da continuidade da língua do país de origem em colônias de imigrantes. É tratar do papel unificador da Língua Portuguesa e dá à criança métodos para que ela possa entender fatores determinantes da vida social e cultural, num contexto nacional.

Devem ser abordados os termos regionais, em especial, os relacionados aos acentos da língua oral. A respeito disso, será importante trabalhar a concepção relativa da pronúncia de

algumas palavras. Perguntas como: “Quem tem sotaque? Ou Onde certo tipo de acento é sotaque, onde é próprio da região”? Poderão ajudar a construir a compreensão de que "fora de casa todos são estrangeiros". Esse diagnóstico é de suma importância, tanto em relação à região onde se instala a unidade escolar, quanto em se tratando de outras regiões. Explorar os diferentes significados de uma mesma palavra ou expressão para que ela seja compreendida linguisticamente, a partir da região da escola, ajudará para a ampliação da percepção da pluralidade.

Assumindo o caráter heterogêneo, a fala passa a sofrer variações, pois muitas vezes é perceptível ouvir diferenças nas falas de pessoas de classe social diferente, de idade, sexo e etnia diferente. E como diz Bagno (1961, p. 47). “partindo da noção de heterogeneidade, a Sociolinguística afirma que toda língua é um feixe de variedades”.

Então é um dever de toda instituição de ensino fornecer informações para que o aluno perceba que existem várias formas de interpretar as origens do universo e da vida, existem também diferentes sistemas de construção e reconstruir o saber que coexistem e podem ser muitas vezes, complementares, vindo auxiliar o desenvolvimento de condutas, de diálogos e respeitos em relação a culturas diferentes daquelas de origem. É uma forma também de trabalhar a mútua influência e os diferentes níveis de integração que estão entrelaçados nas diferentes formas de organização social e de expressões culturais.

3. A FUNÇÃO DO PROFESSOR DIANTE DA PLURALIDADE CULTURAL

A pluralidade cultural trata da diversidade sociocultural brasileira, do ponto de vista educacional, a partir dos elementos presentes nos diferentes grupos culturais: vida social e familiar, temporalidade, espacialidade, organização política, educação. Trata da singularidade, na forma como aqui se apresenta uma população de origem diversificada, portadora de culturas que se preservaram em suas especificidades, ao mesmo tempo em que se amalgamaram em novas configurações.

No que concerne a educação intercultural, Cardoso (2001, p. 14) define como:

um conjunto de estratégias organizacionais, curriculares e pedagógicas ao nível de sistema, de escola e de turma, baseadas em programas que expressem a diversidade de culturas e estilos de vida, e visem promover a compreensão, o respeito e a interdependência democrática entre alunos de quaisquer origens étnicas, religiosas, raciais, sociais, etc. também de eliminar todas as formas de discriminação e opressão, quer individuais, quer institucionais.

O tema trata também das estruturas comuns a todos, das misturas socioculturais que admite valorizar aquilo que é próprio da identidade de cada grupo social, e tudo aquilo que permite uma construção comum, em que cabe pronunciar o pronome "nós". O objetivo didático, sem dúvida, é oferecer assuntos relevantes a essa temática que possibilitem aproximações da noção de igualdade quanto aos direitos, quanto à dignidade e que tenha como pilar básico, a valorização da diversidade cultural.

Na visão de Aguado (2000, p. 143) é preciso proporcionar “actividades que vão além de explicar, perguntar e avaliar mas é necessário definir também actividades que ajuda na interacção entre Diversidade Cultural no Contexto Escolar os alunos, e esses são aspectos imprescindíveis em contextos heterogéneos”. Diante disso a mesma autora ainda nos propõe um conjunto de estratégias, que consideram fundamentais para levar a cabo em situações de diversidade na sala de aula:

- estudar a diversidade existente na turma para formar equipas de trabalho;
- desenhar ou seleccionar tarefas que estimulam a construção do conhecimento de cada grupo;
- ensinar a cooperar e a resolver conflitos de forma positiva;
- observar o que acontece, prestando atenção ao progresso de cada indivíduo;
- explicar os critérios de avaliação de forma que os alunos os compreendem e os consideram, justos.

No sentido de partilhar a mesma posição da autora, visto que, o processo ensino-aprendizagem no contexto de sala de aula é caracterizada por uma grande diversidade de

alunos, e isso exige de fato estratégias diversificadas em função da diversidade presente na sala de aula. Um dos aspectos também que aqui consideramos essencial, e que merece ser destacado, é a questão da cooperação isto porque, este factor é muito importante, no processo ensino aprendizagem, e ajuda o professor a negociar com os alunos na busca das melhores soluções para todos.

Neste contexto pode citar também a contribuição de Diogo (2006, p. 12) sobre esta questão, onde reforça que é importante:

- a utilização de materiais de apoio diversos, e o cuidado na selecção dos manuais escolares, verificando neles que tipo de abordagem realizam face à interculturalidade;
- a utilização sistemática da experiência e da realidade de cada um dos alunos;
- planificação de diversos itinerários de actividades de aprendizagem para a aquisição de um mesmo conteúdo;
- organização flexível das aulas e dos grupos;
- uso de diferentes técnicas e modalidades de avaliação: trabalhos práticos, observação, debates e trabalho de pares etc;
- uso do método cooperativo que favorece os mecanismo de colaboração e ajuda.

De destacar também um outro aspecto importante que é a diversificação do método de avaliação, o que pressupõe que o professor considere que não existe uma única forma para avaliar as aprendizagens, e que nem todos os alunos têm que ser avaliados do mesmo modo e com os mesmos instrumentos.

O reconhecimento de como se processa essa organização em diferentes grupos étnicos, sociais e culturais tem de considerar referências diversas, que não se restringem ao parentesco. Compreender a importância das famílias em seus diferentes tipos de agregação, que abrangem não só a consanguinidade, mas critérios de natureza econômica, política e sociocultural, fornecerão elementos para o aluno compreender que existem laços "herdados", por assim dizer, e vínculos que expressam as necessidades do seu grupo social, a liberdade de consciência e a liberdade de associação.

No que diz respeito às responsabilidades familiares é básico o atendimento às necessidades da criança e do adolescente; o cuidado com as pessoas idosas; a compreensão da igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres; a ajuda e a cooperação entre todos na vida cotidiana. Esse partilhamento de responsabilidades - no seio da família, no ambiente escolar, no trabalho ou nas demais relações intersociais - deve alicerçar-se nas referências atitudinais de respeito mútuo e valorização, em particular nas relações de gênero e nas relações geracionais, no contexto das especificidades inerentes às diferenças etnoculturais.

Para Imberdóm (2000, p. 14) na sua forma de expor a importância que tem a aprendizagem em relação com a convivência, fica claro que:

Tudo isso nos leva a valorizar a grande importância que tem para a docência a aprendizagem da relação, a convivência, a cultura do contexto e o desenvolvimento da capacidade de interação de cada pessoa com o resto do grupo, com seus iguais e com a comunidade e que envolve a educação.

Então é nessa perspectiva de uma educação diferenciada e multicultural, em que estimule à conscientização, o senso crítico e o raciocínio reflexivo, que as práticas pedagógicas devem proceder rumo a uma aprendizagem significativa. Pautada no educando como sujeito ativo do processo ensino-aprendizagem. A intenção é que os educandos interajam na busca de se verem eles próprios dignos representantes dos diferentes grupos sociais que compõem o vasto painel dos agentes históricos, sendo portanto, protagonistas da história brasileira. Pelo dinamismo autônomo de suas ações em sala de aula, passarão a ser construtores do conhecimento em sua ação educativa.

3. 1. O homem como ser social e produtor de cultura

O homem como agente social e produtor e reproduzidor de cultura, evoca a emergência de suas histórias, delineadas a movimentação do tempo em interação com a ação no espaço. Esse movimento, por sua vez, é mediado por várias linguagens, cujas expressões revelam traços de conhecimentos, de valores e de tradições de um povo, de uma etnia ou de um determinado grupo da sociedade. E, nesse contexto, as imagens construídas pelos gestos, mímicas, pela fala, pela plasticidade e até pelo silêncio envolvem conteúdos relevantes para a construção da identidade, pois é nesse universo pluricultural de significados e sentidos que as pessoas se reconhecem como um ser singular e único.

Conforme Lima (2005, p. 02).

A sociedade brasileira reflete, por sua própria formação histórica, o pluralismo. Somos nacionalmente, hoje, uma síntese intercultural, não apenas um mosaico de culturas. Nossa singularidade consiste em aceitar – um pouco mais do que outros -- a diversidade e transformá-la em algo mais universal. Este é o verdadeiro perfil brasileiro... Sabemos, portanto, por experiência própria, que o diálogo entre culturas supera – no final – o relativismo cultural crasso e enriquece valores universais.

É dessa mistura de pessoas que podemos articular os conceitos de agente produtor de cultura e de ser social. Os conteúdos se mostram presentes numa relação de igualdade, no qual não cabe jamais um diagnóstico preconceituoso e/ou pejorativo nas diferenças de linguagens,

de crenças, de tradições, de valores e de costumes, com o objetivo de valorizar os seres humanos como instância primeira das histórias.

As tradições culturais transmitidas de forma oral num grupo social se fundamentam na antiguidade, uma vez que são transmitidas de uma geração a geração, a partir de vivências significativas para o grupo em atividades de sobrevivência e/ou no exercício do poder no âmbito de sua organização política, econômica, social e cultural. Os fatos são narrados por aqueles a quem o grupo delega autoridade para mencionar e reconhece a legitimidade da fala, respeitados pelas informações que receberam dos seus ancestrais e pelo testemunho do grupo de suas experiências e sabedoria.

A valorização dessas vozes na rotina diária da escola implica em pesquisas de cunho literário e também junto à comunidade, por meio de depoimentos que muitas vezes não têm registros nas escritas de nossas histórias, como relatos de descendentes de escravos, indígenas, imigrantes, sacerdotes de diferentes cultos e religiões. O conteúdo desse enfoque permite a emergência da memória constitutiva das tradições, valores, normas e costumes, com marcas presentes na medicina, culinária, literatura, jogos, brincadeiras, festas religiosas, rituais, cerimônias de iniciação e outras atividades compartilhadas por crianças, adolescentes e adultos nas diversas comunidades.

3.2. O perfil do professor frente à pluricultura

Em suas atividades cotidianas, o professor realiza ações, resolve problemas, toma decisões diante das mais diversas situações concretas com as quais se depara no decorrer do seu trabalho e como formador de opiniões e mediador de informações, com base nas quais constrói saberes na ação. Pimenta (1998 p 35) “...mas a sua reflexão na ação precisa ultrapassar a situação imediata. Para isso, é necessário mobilizar a reflexão sobre a reflexão na ação. Ou seja, uma reflexão que se eleve da situação imediata, possibilitando uma elaboração teórica de seus saberes”.

O professore em sua formação docente não recebe o devido preparo para lidar com o desafio que a diversidade e a diferença se colocam no cotidiano de ensino. A partir da obrigatoriedade da legislação na Educação Básica é que tanto as gestões escolares quanto os docentes perceberam as limitações e desconhecimento acerca da História e Cultura Africana como tema a ser trabalhado nos conteúdos das disciplinas. Segundo Munanga (2001, p. 7)

Alguns dentre nós não receberam na sua educação e formação de cidadãos, de professores e educadores o necessário preparo para lidar com o desafio que a problemática da convivência com a diversidade e as manifestações de discriminação dela resultadas colocam quotidianamente na nossa vida profissional. Essa falta de preparo, que devemos considerar como reflexo do nosso mito de democracia racial compromete, sem dúvida, o objetivo fundamental da nossa missão no processo de formação dos futuros cidadãos e responsáveis de amanhã. Com efeito, sem assumir nenhum complexo de culpa, não podemos esquecer que somos produtos de uma educação eurocêntrica e que podemos, em função deste, reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade.

A formação do professor deve ser repensada e refletida, que levasse em consideração o conhecimento “extraclasse”, isto é, os espaços sociais externos à universidade (formação) e à escola (ensino) e que são fontes extremamente de valor para o conhecimento do docente. É com este conhecimento que o docente utiliza em sala, bem como, as relações desenvolvidas entre os estudantes reflete pouco do que se aprende nos bancos universitários. No entanto, os conhecimentos ligados à cultura, ao meio de convivência influenciam consideravelmente naquilo que ele ensina aos estudantes. Munanga (2001, p. 7) ainda diz:

[...] alguns professores, por falta de preparo ou por preconceitos neles introjetados, não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala de aula como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional.

O enraizamento do preconceito no cotidiano social e nas práticas são resultados dos sistemas culturais discriminatórios nos quais as pessoas foram socializadas. No entanto, somente através de uma educação comprometida com a mudança social com o objetivo de difundir valores positivos dos diferentes povos e culturas da formação brasileira, que proporcione a desconstrução do mito de superioridade e inferioridade entre pessoas e grupos humanos, é que haverá a possibilidade de uma mudança significativa. Educar para isto significa reformular cotidianamente as relações sociais dentro e fora do espaço escolar, o que não é tarefa fácil. Romper com determinadas posturas requer intervir em elementos significativos, simbologias oriundas de processos de socialização há muito encaradas como verídicas.

Nos tempos atuais, a concepção de formação do professor como intelectual, crítico, profissional reflexivo, pesquisador e mediador de conhecimentos como participante qualificado na organização e gestão da escola; o professor se prepara teoricamente nos temas pedagógicos e nos conteúdos para poder realizar a reflexão sobre a sua prática disciplinar; atua como intelectual crítico na contextualização social e cultural de suas aulas e na transformação social mais ampla; torna-se investigador em sua aula analisando suas práticas,

revidendo as rotinas, inventando novas soluções e novas dinâmicas; desenvolve habilidade de participação do tal e de tomada de decisões, seja na elaboração do Projeto Pedagógico e da proposta curricular. Seja nas varias atividades da escola como execução de ações, análise de problemas, discussão de pontos de vista, a avaliação de situações.

De acordo com Mello (2001, p. 64) “ensinar exige aprender a inquietar-se, indignar com o fracasso sem deixar-se destruir por ele”. O trabalho do professor requer cuidado, dedicação, autonomia e muita responsabilidade para executar ações como criar, planejar, realizar atividade de estudo que dominem conhecimentos, habilidades e desenvolvam suas capacidades físicas e intelectuais para o enfrentamento dos desafios da vida prática no trabalho e na sociedade atual.

O profissional reflexivo interroga-se sempre, tenta reconhecer e compreender seus fracassos, projeta-se no futuro; decide proceder de forma diferenciada quando ocorrer uma situação problema durante as aulas ou quando inicia o ano letivo ele já estabelece objetivos, explicita suas expectativas e seus procedimentos. Essa postura reflexiva que o professor deve repassar de forma espontânea e didática para que possa obter êxitos no decorrer da sua caminhada. Se o mesmo deseja transformar o ofício de professor em uma profissão plena e integral, a formação inicial e continuada tem que desenvolver a postura reflexiva e oferecer os saberes e os desafios.

Entre esses desafios já existentes, podem-se elencar ainda algumas habilidades que o profissional precisa colocar em prática, durante a sua atuação (biblioteca, laboratório de informática, audiovisual, programa de TV, artigos de jornais e revistas, filmes, peças teatrais, músicas e outros eventos). Tudo tem que ser trabalhado cuidadosamente e de forma prazerosa.

Por tudo isso, vê-se que essas características identificam o profissional da educação, cuja atuação é dinâmica, criadora, inteligente, flexível, situada com uma conjunto em que está inserido a arte, técnicas, ciências, a fim de não se limitar a aplicar o conhecimento, mas de criar ações que sejam capazes de problematizar a prática profissional. Os educadores estão formando um novo perfil para acompanhar as concepções do mundo contemporâneo, pois é das exigências da sociedade que a escola tem a função de transmitir conhecimentos que irão influenciar no desenvolvimento pleno do ser humano e na formação para a cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste estudo monográfico que teve como finalidade a Pluralidade Cultural na aprendizagem das escolas e suas relações sociais e interpessoais, pôde se perceber a partir de livros, revistas e outros que a pluralidade cultural dentro das escolas, está cada vez mais evoluindo, o mundo vem se inovando cada dia mais com transformações culturais e sociais diversas, que exemplifica a capacidade do homem nos diversos processos da racionalidade humana.

Foi também colocado em pauta a responsabilidade da escola em assegurar a igualdade de oportunidades, de aprendizagem e de um trabalho diferenciado para atingir a todos e a qualquer indivíduo, independentemente da sua condição social, econômica, religiosa, cultural ou outras.

Com este trabalho se pretende chamar atenção para o fato da escola, como um local de convergência e de acolhimento de diferentes culturas, promover assim uma educação que seja realmente um fator de coesão e de paz social a trabalhar na perspectiva da diversidade cultural, com ação pedagógica que vai além do reconhecimento de que os alunos sentados nas cadeiras de uma sala de aula são diferentes, por terem suas características individuais e pertencentes a um grupo social, mas é preciso efetivar uma pedagogia de respeito, valorização e sobretudo, de convívio com as diferenças.

Observar também que os professores não podem trabalhar de forma fragmentada este assunto, mas sim devem trabalhar e ser exemplos, para atingir os objetivos: melhorar as atitudes referentes aos valores que deverão ser edificados e respeitados, do individual ao coletivo, proporcionando um ambiente harmonioso e agradável a todos.

Entender que um dos primeiros passos para isso, é colocar no cerne do processo educativo a questão da diversidade cultural. E este é o grande desafio da escola atualmente, o de Diversidade Cultural no Contexto Escolar e desenvolver um projeto que estabeleça uma visão da real prática pedagógica em relação à diversidade cultural, para poder transformar a escola e a sala de aula num ambiente de aprendizagem significativa, mobilizar todas as competências do aluno. É certo que não vai ser um processo simples, mas se a escola adequar a sua postura consoante as necessidades do seu contexto e tomar por base os elementos culturais dos seus alunos, os ganhos serão enormes.

Portanto é na escola que há o desenvolvimento das funções sociais de formação do cidadão, ela deve favorecer o clima de respeito à diversidade e de tolerância, exercitar práticas

democráticas, dialogar com os educandos, levar em consideração as formas de pensar, agir e sentir - elementos imprescindíveis ao bom desempenho do professor que vise construir uma cultura de direitos humanos.

Alem do mais, é importante notar as diferenças que existem em nosso meio, dando uma ideia de como pode ser adaptado em um processo educacional, para com as normas de convivência, costumes, valores étnicos, sociais e culturais para contribuir com as transformações necessárias à construção de uma sociedade mais justa, para a própria nação.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUADO, M. (2000). **Educação intercultural e aprendizagem cooperativa**. Porto: Porto Editora.

BRANDÃO, C. R. (2002). **Pesquisa participante**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense.

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso. Por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 1961.

BRASIL. **Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Direitos humanos no cotidiano**. Manual. 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural e Orientação sexual** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC / SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural e Orientação sexual** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC / SEF, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF,

CABANAS, José Maria Quintana (1998). Justificación de la diversidad. In Manuel Ferreira Patrício (org.) (2002), **Globalização e Diversidade – A Escola Cultural, Uma Resposta**, Porto: Porto Editora. 1998.

CHAUI, Marilena - C496. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 9ª. São Paulo: Cortez, 2001.

CARDOSO, C. (2001). **Gestão Intercultural do Currículo**. 2º ciclo Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Educação.

DIOGO, F. (2006). **O currículo escolar face à diversidade: Currículo e Multiculturalismo**.(2006). Coimbra: Edições pedagógico.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2001. _____. **Pedagogia do oprimido**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1975.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da Língua Portuguesa**, 4ed. Ver. Ampliada. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

GOMÉZ Garcia, P. (2008) **Globalização cultural e identidade**. Disponível em http://www.ugr.es/~pwlac/G16_02Pedro_Gomez_Garcia.html, consultado a 23/06/2012

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para mudança e a incerteza**. 6ed. (Coleção Questões da nossa época, v.77). São Paulo: Cortez, 2000.

LIMA, Antonio A. D. **Diversidade Cultural**. Disponível em: http://portal.unesco.org/en/ev.phpURL_ID=10238&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html). Acesso em: 03 de abr. 2007.

LEITE FILHO, A. **Proposições para uma educação infantil cidadã**. In: GARCIA, R. L., LEITE FILHO, A. (Org.). Em defesa da educação infantil. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MARTINS, Ernesto Candeias (1998). **Desigualdade e Identidade no Discurso da Diversidade. A Educação Intercultural como uma Pedagogia de “Baixa Densidade”**. In Manuel Ferreira Patrício (org.) (2002), Globalização e Diversidade – A Escola Cultural, Uma Resposta, 175-190. Porto: Porto Editora.

MELLO, Guiomar Namó de; DALLAN, Maura Chezzi; GRELLET, Vera. **Por uma didática dos sentidos** (transposição didática, interdisciplinaridade e contextualização). In: MELLO,

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos**. São Paulo: Global: Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação, 2004. – (Global Viver, Aprender) 254 p.

PIMENTA, S. G. **Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SKINNER, B. F. (1975) **Ciência e Comportamento Humano**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SANTOS, José Luiz dos, 1949 **O que é cultura** / José Luiz dos Santos, 14ª ed. – São Paulo: Brasiliense, 1996. – (Coleção primeiros passos; 110).

SANTOS, Milton. O espaço dividido. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SÁ, Luzia Lopes Zenha Reis (2001). **Pedagogia Diferenciada – Uma forma de aprender a aprender**. Porto: Asa Editores.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.

_____. **Currículo, cultura e sociedade**. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos curriculares**. 7. Ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

UNESCO. (2001) **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Consultado a 18/06/2012.

VIGOTSKY , L.S. LURIA, AR, **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**, Trad. Maria da Penha Vila Lobos. São Paulo, Ícone, 1988.